



A IMPORTÂNCIA DO CAPITAL HUMANO PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO

Mirian Tomiato Pereira, (IC, Fundação Araucária), Unespar – Câmpus de Campo Mourão,
m_tomiatto@hotmail.com

Janete Leige Lopes, (OR), Unespar – Câmpus de Campo Mourão, l_llopes@yahoo.com.br

RESUMO: A evolução dos estudos inerentes ao fator humano na produção industrial cresce e se diversifica no período de 1913 e 1920. É nesse momento que se observa a importância do comportamento humano no trabalho, enfatizando o papel elástico do capital e os impactos na economia como um todo. Desse modo, muitos pesquisadores têm destacado a importância do capital humano para o crescimento e desenvolvimento das nações principalmente com o incremento da variável educação. Por essas razões o objetivo da presente pesquisa foi destacar a relação entre capital humano e crescimento econômico, sob a perspectiva da educação. Para se efetuar este estudo os métodos empregados foram à análise qualitativa, exploratória e comparativa, e a pesquisa bibliográfica. Dessa forma, os principais resultados apontaram uma relação entre educação, aumento da renda, e crescimento econômico. Pode-se concluir, assim, que para o crescimento econômico e social é indispensável à elaboração de políticas públicas que possibilitem o investimento na educação da população em geral.

Palavras-chave: Capital Humano. Crescimento Econômico. Educação.

INTRODUÇÃO

Vários estudiosos e correntes de pensamento têm difundido e agregado à teoria do capital humano ao decorrer das décadas, principalmente sob o aspecto da educação. A teoria do capital humano refere-se à agregação de valores que um indivíduo pode fazer por si mesmo, através de escolaridade, treinamento, qualificação profissional, entre outros tipos de valorização pessoal.

Tais atributos são vistos dentro da teoria do capital humano como investimentos, esses investimentos são agregação de conhecimentos e qualificação obtida através do tempo. O processo de capacitação do capital humano se dá quando uma pessoa começa a adquirir conhecimentos ou habilidades, por meio do aprendizado e/ou treinamento. Desse modo, tais habilidades podem ser reproduzidas tanto sob o aspecto de conhecimento científico e tecnológico, quanto da melhoria da mão-de-obra qualificada, que apresenta resultados como a produtividade no trabalho, e consequentemente aumento na renda das pessoas.

Para a teoria do capital humano o aspecto quantitativo não determina produtividade, mas sim o lado qualitativo é o que realmente atribui valor, melhorando o produto e o trabalho em uma sociedade. Nesse sentido, o investimento em educação está relacionado com o crescimento econômico porque o mesmo aufere níveis de produtividade, desenvolvimento tecnológico e uma população mais instruída e capacitada para o mercado de trabalho.

Em vista, que de fato os estudos apontam uma forte relação entre qualidade de educação e o crescimento econômico da renda per capita, o presente trabalho procurou contribuir com o tema

acima, tendo como objetivo destacar a relação entre capital humano e crescimento econômico, sob a perspectiva da educação. Com a realização desta pesquisa demonstramos a importância da escolaridade para uma melhora na qualidade de vida dos indivíduos, bem como para o crescimento econômico das nações, servindo de fomento para políticas públicas dedicadas a investir em educação e crescimento econômico.

ORIGENS E EVOLUÇÃO DA TEORIA DO CAPITAL HUMANO

É impossível associar a teoria do capital humano a uma só corrente de pensamento, diversos pensadores decorreram do assunto através das décadas. Blaug (1985) localiza as fontes primárias da teoria em Adam Smith, em Alfred Marshall e nos estudos de Irving Fisher, que datam de 1906. Adam Smith é o primeiro autor a considerar as habilidades humanas como um bem de natureza econômica. Para Smith o homem tem que viver e manter-se com o seu trabalho. Para tanto, seu salário tem que ser suficiente para garantir a sua subsistência. Embora a força de trabalho pela visão capitalista é considerada como um capital, neste sentido o capital é o resultado da apropriação do trabalho alheio, de modo que o trabalho é visto como uma mercadoria. Alfred Marshall conceitua como capital, toda acumulação de coisas resultantes de esforço e sacrifício humanos, destinados principalmente a assegurar benefícios futuros (MARSHALL, 1957). Já para Marx (1978), a força de trabalho só se transforma em capital quando se torna mercadoria para o próprio trabalhador, ou seja, com a finalidade de obter lucro com o próprio trabalho do indivíduo. Fisher teria adotado a teoria do capital de Walras que classifica como capital todo o conjunto de riquezas existentes em um determinado tempo e que possibilitam o fluxo de serviços nesse tempo, trata-se da terra, das máquinas, das matérias primas, de recursos naturais e das qualidades do homem.

Para Arapiraca (1982), Adam Smith, é tido pelos teóricos de capital humano como o primeiro economista a oferecer suportes conceituais para a teoria, Smith torna homogênea a relação dos três fatores de produção: terra, capital e trabalho. Mesmo reconhecendo a importância da relação, não estabelece as diferenças qualitativas, sem comportar os conceitos abrangentes de capital, como é o caso da técnica e das habilidades humanas adquiridas pela educação.

Embora os clássicos desde Smith até Marshall reconhecessem a importância dos talentos e capacitação no processo de produção não a incluíam de forma explícita (ARAPIRACA, 1982). No entanto, foi a partir desse enfoque que os atuais teóricos constituíram os pilares da teoria do capital humano baseados no pressuposto de que a noção de capital é abrangente e heterogênea.

Segundo Baritz (1961), a evolução dos estudos inerentes ao fator humano na produção industrial cresce e se diversifica a partir da perspectiva das ciências sociais, no período de 1913 e 1920. É nesse momento que se observa a importância do comportamento humano no trabalho. Dado

essa percepção da valia do elemento humano, o neoliberalismo surge ainda em 1930, emergindo a escola de Chicago. Mas, foi apenas no final da década de 1950 e começo dos anos 60, que as teorias neoliberais fundamentam-se na teoria do capital humano. Conforme Andrade (2011), em um contexto totalmente renovador as ideias neoliberais e seus respectivos pensadores elavam a concepção das relações trabalhistas em outro patamar da análise econômica, agora não mais sobre a óptica quantitativa, mas, qualitativa. A escola de Chicago critica a economia clássica que pensava no trabalho apenas sendo quantitativo. Desse modo, a teoria do capital humano foi exposta e discutida através de três perspectivas essenciais, respectivamente Jacob Mincer, Gary Backer e Theodore Schultz. Nos quais se destacaram enfatizando o papel elástico do capital e os impactos na economia como um todo.

Para Mincer (1958), um dos seus objetivos centrais era explicar a dinâmica da distribuição de renda entre os indivíduos, salientando a importância de fatores econômicos sobre a distribuição de renda. O modelo de rendimento em função da escolaridade foi elaborado por Mincer, a partir da reavaliação do conceito de Adam Smith do que os rendimentos salariais dos indivíduos são proporcionais ao seu aprendizado e treinamento.

Seguindo a mesma linha de pensamento Backer (1962), contribuiu de forma significativa na utilização de conceitos econômicos que se utilizam do capital humano. O referido autor parte da suposição de que os indivíduos adquirem educação e treinamento, como uma forma consciente de investimento. Para Becker as principais formas de se investir em capital humano são: escolaridade, treinamento no trabalho, cuidados médicos, consumo de vitaminas, e aquisição de informações sobre o sistema econômico. Finalmente chegando a Schultz (1964) onde a teoria de capital humano foi popularizada, o autor defende que a inclusão da acumulação de capital humano é um elemento essencial na compreensão do crescimento econômico, no longo prazo, pois ele é a principal fonte desse processo.

A teoria do capital humano fornece desse modo, a base teórica para o desenvolvimento dos modelos de crescimento endógeno. Nestes modelos o capital que compõem a função produção do país é a soma do capital físico mais o capital humano, ou seja, o conhecimento é o motor do crescimento econômico.

Já na compreensão de Lucas (1988), a dinâmica do crescimento é explicada pela acumulação de capital humano, de modo que as diferenças nas taxas de crescimento entre os países são decorrentes da aplicação deste fator no longo prazo.

Portanto no modelo de Lucas (1988), o estoque de capital humano compõe a função de produção, enquanto no modelo de Romer (1990), o capital humano é visto como insumos para o desenvolvimento, ambos os modelos, são pioneiros da teoria do crescimento endógeno, que busca explicar o que determina o progresso tecnológico, e uma das possíveis respostas é o acúmulo de

capital humano, dado que o capital humano é a chave do crescimento econômico para os referidos autores.

No entanto Schultz (1964) defende que o principal elemento do investimento em capital humano é a escolaridade.

Muitos pesquisadores têm destacado a importância do capital humano para o crescimento e desenvolvimento das nações. De acordo com Schultz (1964), a qualificação e o aperfeiçoamento da população, advindos do investimento em educação, elevariam a produtividade dos trabalhadores e os lucros dos capitalistas, impactando na economia como um todo. Outro exemplo de estudo que enfatizou a importância do capital humano para o crescimento econômico foi Hanushek e Kimko (2000), estes auto-reutilizaram como base teórica na análise empírica, os modelos de crescimento endógeno em que o motor do crescimento é a acumulação de capital humano. Portanto, a educação é um fator importante para o crescimento econômico dos países, a acumulação de capital humano possibilita melhorias no fator trabalho aumentando os níveis de produtividade e renda dos indivíduos, assim, a escolaridade está associada ao crescimento econômico dentro da teoria do capital humano (FIGUEIREDO e NAKABASHI, 2005).

METODOLOGIA

Visando delimitar assuntos que possuem um importante papel para a presente pesquisa, no sentido de articular estruturas a fim de obter respostas para o problema deste estudo que buscou destacar a relação entre capital humano e crescimento econômico, sob a perspectiva da educação. Esta pesquisa se utiliza dos métodos de análises qualitativa, exploratória e comparativa, e a pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, Moresi (2003) explica que a pesquisa científica ou o método científico pode ser classificado segundo a sua natureza, segundo os fins e segundo os meios.

Do ponto de vista relacionado à natureza da pesquisa, o método empregado foi à análise qualitativa. A referida análise investiga a subjetividade do sujeito, fazendo relação com a objetividade do mundo real, ou seja, analisa o que não se pode transpor em números ou estatísticas. Conhecer a natureza do problema e analisar o fenômeno das interações entre as variáveis é um instrumento chave para o pesquisador, atribuindo significado aos dados indutivamente. Visto que a sequência continua dos fatos e seus significados são os pontos principais de abordagem.

Quanto aos fins a pesquisa foi exploratória e comparativa, podendo se dividir em: a) exploratória que consiste em dar uma visão mais ampla ao tema em estudo, visto que o assunto pode ser pouco explorado. Porém, mesmo que a temática seja rica em conteúdo, não é esgotado. Ressalta-se através do método exploratório que é necessário aprimorar os antigos conceitos, formular intuições e construir hipóteses, buscando na raiz do problema; b) comparativa, trata-se de um método que

segundo Schneider e Schmitt (1998), somente através da comparação podemos chegar a um elemento em comum sobre a abordagem escolhida, descobrindo as disparidades que explicam as definições gerais do objeto de estudo.

Enfim, no que se refere aos meios de investigação o método foi à pesquisa bibliográfica, entende-se que a mesma é baseada em uma serie de estudos já realizados para dar sustentação ao argumento da pesquisa, sendo imprescindível para a elaboração do referencial teórico, dado que é o ponto inicial para a construção dos alicerces da investigação.

A junção dos três métodos expostos acima soma um quadro essencial para o desenvolvimento do presente estudo.

CAPITAL HUMANO E A EDUCAÇÃO

Embora a teoria do capital humano seja abrangente e heterogênea, compreendendo todos os tipos de investimentos que um indivíduo pode fazer por si mesmo, como: qualificação profissional, treinamento, desenvolvimento das habilidades naturais, cuidados com a saúde, entre outros. É imprescindível entramos nos pilares da teoria, a educação. Desse modo, a educação é vista como um processo cultural que prepara os indivíduos para a vida em sociedade tanto no aspecto social como intelectual.

Segundo Blaug (1975), a educação pode ser vista como um bem de consumo, proporcionando aos indivíduos conhecimentos e bem estar, e também um bem de investimento no qual as pessoas visam obter ganhos futuros.

A educação é quase sempre ao mesmo tempo investimento e consumo, não só no sentido de que um dado tipo de educação, em determinado país, pode contribuir para aumentar a renda futura enquanto outro tipo de educação, no mesmo país, não tem tal efeito, mas o mesmo quantum de educação, digamos um ano de aprendizado escolar para determinado indivíduo, invariavelmente possui aspecto tanto de consumo quanto de investimento. (BLAUG, 1975, p. 20).

Se por um lado os indivíduos ganham conhecimentos e obtêm valores através da educação, por outro eles melhoram seu potencial produtivo através dos saberes obtido na escola.

Sendo assim a educação é considerado quesito fundamental para potencializar o fator trabalho. As pessoas investem em educação com o objetivo de ampliarem seu nível de conhecimentos e mudarem seu potencial produtivo. Segundo Schultz (1964), investimento em educação é o tempo que uma pessoa troca estudando, tendo assim um custo de oportunidade, ou seja, faz uma escolha, de modo que poderia estar ganhando dinheiro exercendo uma atividade remunerada no tempo que estuda, além do mais são os investimentos com livros e outros materiais didáticos.

Consequentemente, os ganhos com o investimento em educação ocorrem através da ampliação dos níveis de conhecimentos e aperfeiçoamento das habilidades ao decorrer do tempo, que por sua vez proporciona maior produtividade aos indivíduos e uma renda mais alta no mercado de trabalho. Sempre que a educação elevar futuras rendas dos estudantes, teremos um investimento. “É um investimento no capital humano, sob a forma de habilidade adquirida na escola.” (SCHULTZ, 1964, p. 25).

A escolaridade de uma pessoa influencia de forma muito significativa no nível de renda auferida. Dando sustentação ao argumento Blaug (1975, p.1) afirma, “Em todas as economias que temos notícia, as pessoas que receberam mais educação percebem, em média, rendimentos mais elevados do que aqueles que receberam menos, pelo menos quando se comparam pessoas de mesma idade”. Dessa forma, pode-se dizer que a educação age melhorando a vida das pessoas tanto no sentido de retornos salariais mais levados como melhorias no padrão de vida em uma sociedade.

Schultz (1964), ainda afirma que primeiro um país tem que investir em capital humano para que depois haja o desenvolvimento econômico. Em seu texto, Schultz (1964) define exatamente as estratégias para a educação de sua teoria, como o título da obra sugere, *O valor econômico da educação*. As principais tarefas das instituições escolares seriam investir em pesquisa, descobrir e cultivar as aptidões dos indivíduos, instrução para que os indivíduos saibam lidar com flutuações das oportunidades de emprego e preparar indivíduos para o magistério (SCHULTZ, 1964, p. 55-57).

Conforme Barros e Mendonça (1997), aplicar educação em uma sociedade influencia no desenvolvimento sócio econômico de um país, de modo que atinge a capacidade produtiva, a empregabilidade, o acesso à renda, a expectativa de vida dos indivíduos, a diminuição da fertilidade, na qualidade de vida e na redução da pobreza. Figotto (2000) explica que a instrução, dentro da Teoria do Capital Humano funciona como um acréscimo marginal de treinamento e educação, que correspondem à um acréscimo marginal de capacidade de produção. A ideia do Capital Humano é uma “quantidade” ou um grau de educação e de qualificação, funcionando como fomento da capacidade de trabalho e produção. Sendo assim, embora desde sempre importante, o conhecimento passou a ser vital para o crescimento econômico e para o desenvolvimento das nações.

CAPITAL HUMANO E SUA RELAÇÃO COM O CRESCIMENTO ECONÔMICO

A preocupação sobre o papel da educação na distribuição da renda está relacionada à acumulação de capital humano sobre o crescimento e o nível de renda dos países. O fator crescimento econômico de um país tem sido relacionado à educação por sua associação com a produtividade e o

fator trabalho. Na concepção de Lucas (1988), a dinâmica do crescimento é explicada pela acumulação de capital humano, de modo que as diferenças nas taxas de crescimento entre os países são decorrentes primordialmente da intensidade com que ampliam as dotações desse fator ao longo prazo.

Nelson e Pheelps (1966) consideram que o nível de capital humano também pode afetar outros fatores, destacando as inovações tecnológicas. Desse modo, níveis mais elevados de capital humano também podem incentivar a acumulação de capital físico ou, então, podem afetar a capacidade de inovação de um país, sendo um elemento determinante na taxa de difusão tecnológica dos países (NELSON e PHEELPS, 1966, *apud* MARINHO e SILVA, 2004, p. 5).

Nesse sentido, Romer (1990) foi um dos precursores ao introduzir a relação direta entre taxa de crescimento da tecnologia e o nível de capital humano. Assim, percebeu que o conhecimento tecnológico não era exógeno e disponível livremente, o fator tecnológico é endógeno dependendo de investimento em educação, qualificação e pesquisa. Para o autor pessoas mais instruídas tendem a ser mais criativas e aptas a produzir novos conhecimentos.

O crescimento endógeno pode ser entendido como à introdução do progresso técnico, aumento da eficiência na utilização dos fatores convencionais de produção, sua base conceitual está na consideração do aumento do estoque de conhecimentos como sendo o verdadeiro motor do crescimento econômico. Além do mais, Os modelos de crescimento endógeno passaram a introduzir o capital humano na função de produção, essa função cresce com o aumento da escolaridade da população, causando um efeito perfeitamente proporcional na taxa de progresso técnico da economia. (DIAS, 1996).

Dessa forma com os modelos de crescimento endógeno tornou-se possível determinar o crescimento da economia a partir do próprio sistema econômico.

Sendo assim, as diferenças observadas no crescimento do produto e a observação efetiva de fatores de produção têm sua explicação atribuída às melhorias observadas no fator trabalho que elevam a capacidade produtiva o quais refletirão nos aumentos do bem estar social da população. (MARINHO E SILVA, 2004). Ou seja, maior produtividade representa maior eficiência econômica e maior geração de produto por unidade de fator de produção. O aumento da produtividade do trabalho, ao mesmo tempo em que contribui para acelerar o crescimento econômico, tem também o efeito de redistribuir de forma mais equitativa a renda, porque elevam os salários, tal processo é de vital importância nos países em desenvolvimento.

Nesse sentido, Pereira (2008), argumenta que o alcance de níveis mais altos de produtividade, renda, consumo e desenvolvimento dependem do esforço de cada país para capacitar sua força de trabalho, melhorando as condições de funcionamento da economia, e promover o desenvolvimento

tecnológico. Assim, as tecnologias novas podem ser criadas ou importadas e gerar um maior crescimento do produto.

Sheehan (1975) afirma que em países desenvolvidos e com rendas mais elevadas tendem a ter uma população com um alto nível de educação e uma força de trabalho com elevado grau de qualificação técnica, já países em desenvolvimento e de renda baixa, a população não tem um elevado nível de instrução. Prossegue o autor:

Levando em consideração o fato de que algumas diferenças no dispêndio educacional entre países mais ricos e pobres serão devidas a folhas de pagamentos mais elevadas nos países ricos, esses países mais ricos despendem consideravelmente mais em termos absolutos per capita. (SHEEHAN, 1975, p. 74).

Dessa forma, alguns estudos tentam analisar o impacto da educação sobre o crescimento. Um exemplo é o estudo de Hanushek e Kimko (2000) onde eles utilizam como base teórica na análise empírica os modelos de crescimento endógeno em que o motor do crescimento é a acumulação de capital humano e introduzem a variável que mede a qualidade do ensino. De fato, os resultados encontrados indicam uma forte relação entre qualidade da educação e crescimento da renda per capita. Além do mais, Hanushek e Kimko, encontram evidências de que a relação causal vai da medida de qualidade do capital humano para o crescimento econômico, pois ela está relacionada positivamente com a produtividade dos indivíduos. (HANUSHEK e KIMKO, 2000, *apud* FIGUEIREDO e NAKABASHI, 2005, p. 7).

Assim, o investimento em capital humano não apenas melhora o desempenho individual de um trabalhador e como resultado eleva seu salário, é também fator decisivo para a geração de riqueza e de crescimento econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta inicial deste trabalho foi o de analisar a importância do Capital Humano para o crescimento econômico, sob a perspectiva da educação. Para isso, foram usados os métodos de análises qualitativa, exploratória e comparativa, e a pesquisa bibliográfica.

Com base na leitura de vários materiais sobre o tema capital humano, podemos perceber que todos os autores chegam a uma variável em comum para explicar o crescimento e o desenvolvimento das nações. A principal variável que torna um país mais produtivo e rentável é o investimento em educação.

Desse modo, devemos considerar não apenas a educação formal, mas todo tipo de educação que pode agregar o trabalho de um indivíduo. Sendo assim, quando um país tem uma sociedade instruída e treinada, conseqüentemente, temos uma melhoria no fator trabalho. Com uma população com alto potencial produtivo, tendo em vista o aspecto qualitativo do trabalho. Esses indivíduos terão

uma renda mais elevada, porque estão produzindo com qualidade, e são mais capacitados para o mercado de trabalho.

Sendo assim, o produto resultante do investimento em capital humano, sejam produtos tangíveis; que são aqueles produzidos pela agricultura e a indústria, ou produtos intangíveis; como os serviços, que resultam do comércio, das intermediações financeiras e de todo tipo de prestação de serviços, se tornam melhores.

Com produtos e serviços melhores em um país, o mesmo auferirá níveis mais elevados de crescimento e desenvolvimento econômico, porque sua população é instruída e com uma renda mais elevada, tornando o trabalho seletivo.

Dessa forma, os principais resultados apontarão ao término da pesquisa, uma relação entre educação, aumento da renda, e crescimento econômico. Ainda constata-se, em complementaridade ao fato de que a escolaridade é condição necessária para o desenvolvimento de uma nação, que esta nação precisa antes prover meios para que a educação de sua população se expanda a fim de mais tarde lhe trazer o retorno por meio do desenvolvimento de seu capital humano.

Conclui-se, a necessidade de assumir por parte dos governos, programas de estímulo à educação e obtenção de novas tecnologias, para obterem um crescimento mais expressivo e sustentado de suas economias. Realizar políticas públicas direcionadas à educação e o desenvolvimento humano entre as populações de forma equitativa, assegurando a todos uma educação gratuita e de qualidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, D. P. **Paixões, sentimentos morais e emoções. Uma história do poder emocional sobre o homem econômico.** Tese de doutorado apresentada ao departamento de sociologia da FFLCH/USP, São Paulo, 2011, pp. 280-293.

ARAPIRACA, J. O. **A USAID e a educação brasileira:** um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982.

BARITZ, L. **Los servidores del poder.** Madrid: Ed. Europa, 1961.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. **Investimento em Educação e Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

BECKER, G.S. 1962. Investment in Human Capital: A Theoretical Analysis. **The Journal of Political Economy**, 70(5): 9-49.

BLAUG, M. **La metodología de la economía.** Trad. Ana Martinez Pujana. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

BLAUG, M. **Introdução à Economia da Educação.** Porto Alegre: Globo, 1975.

IX EPCT – Encontro de Produção Científica e Tecnológica
Campo Mourão, 27 a 31 de Outubro de 2014
ISSN 1981-6480

DIAS, J. Crescimento Econômico Estocástico: A Teoria do Quantum do Conhecimento. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. v. 26 P 21-40,1996.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2000.

FIGUEIREDO, L.; NAKABASHI, L. **Capital humano e crescimento: impactos diretos e indiretos**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005.

HANUSHEK, E.A., KIMKO, D.D., 2000. Schooling, Labor-Force Quality, and the Growth of Nations. **The American Economic Review**, 90 (5): 1184-1208.

LUCAS, R. E. On the mechanics of economic development. **Journal of Monetary Economics**, 22, p. 3-42, 1988.

MARINHO, E.L. L.; SILVA, A. B. **Capital humano, progresso técnico e crescimento econômico: um reexame empírico das abordagens de acumulação, inovação e difusão tecnológica**. CAEN/UFC, 2004.

MARSHALL, A. **Princípios de Economia**. Madrid: Aguilar, 1957.

MARX, K. **O Capital - Livro I: Capítulo VI (Inédito)**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978.

MINCER, J. (1958) Investment in human capital and personal income distribution. **Journal of Political Economy** 66(4), 281-302.

MORESI, Eduardo (Org.). **Metodologia da Pesquisa**. Brasília, 2003

ROMER, P. 1990b. Human Capital and Growth: Theory and Evidence. **Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy**, North Holland, 32: 251-286.

SCHNEIDER, S.; SCHIMITT, C. J. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998

SCHULTZ, T. **O Valor Econômico da Educação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

SHEEHAN, J. **A Economia da Educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.